

INTEGRA

‘A modernização tem de ser para o bem do povo?’

Esta é a íntegra do discurso feito pelo presidente Fernando Henrique Cardoso na reunião com os empresários:

“É uma satisfação estarmos aqui hoje, nas vésperas de envio ao Congresso das nossas mensagens, iniciando um processo de reforma, porque a reforma não se faz com um golpe, não se faz com um ato isolado, é um processo e, às vezes, é longo, mas tem que ser persistente. E neste momento, em que nós estamos iniciando esse processo de reforma, é uma satisfação estarmos aqui para discutir problemas de interesse nacional.

Eu me recordava, enquanto falava o doutor Jorge Gerda, que há trinta e poucos anos eu tinha feito um trabalho sobre o empresário, o *O Empreendedor Nacional e o Desenvolvimento Econômico*. E naquela ocasião, para falar das funções do empresário do mundo contemporâneo da época, eu me servi de alguns autores, um notadamente, chamado Werner Sombart, e outro, que me ajudou muito nessa formulação, que foi o Schumpeter. E a visão que se tinha, de que o empresário que tinha construído o mundo do século 19, na passagem para o século 20, mas sobretudo o grande empresário do século 19, era o que os alemães chamam *unternehmer* [empreendedor]. Era o empresário criador, com vocação de fazer progresso e com uma enorme força pessoal dentro da sua empresa.

Bem, já na visão desses autores que eu mencionarei aqui, que são mais recentes do que o século 19, a visão sobretudo do Sombart, tinha começado a focalizar o empresário de outra maneira. E nesse modesto trabalho que eu escrevi eu procurei mostrar que o empresário, naquela altura, já era um homem que tinha que sair de dentro da fábrica, porque a modernidade do empresário não contaria mais pela sua ação direta no sistema produtivo, mas era o homem capaz de fazer um enlace entre o sistema produtivo e o resto da sociedade.

Bom, isso hoje é a realidade gritante. Quer dizer, o empresário criador já não é mais aquele que fica dentro da fábrica apenas. Até porque, com o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, que saiu da fábrica também e foi para a universidade, e agora está voltando para a fábrica, mais isso passou a ser especializado, são outras as pessoas que fazem isso. Não tem mais um Edison, que ele próprio descobre, inventa a tecnologia e depois ele transforma aquilo numa forma de produção. Ou um Ford, que inventa um sistema de organização do trabalho.



A POLÍTICA É ARTE DO NECESSÁRIO

Quer dizer, hoje, evidentemente, o empresário é aquele que se preocupa com o conjunto da sociedade. Não vai haver empresário moderno se o empresário pensar só no seu negócio. Ou ele pensa no País e, agora, no mundo — essa é a novidade dos últimos tempos —, ou ele pensa no que está acontecendo no mundo ou ele pode ser muito competente dentro dos muros da fábrica, mas seria mais vantajoso que ele contratasse um executivo, um técnico, e que ele cuidasse da grande política. Hoje, ou nós todos cuidamos da grande política ou nós fracassamos.

Isso vale para o líder sindical. O líder sindical também tem que passar a entender o processo de globalização, como é que se colocam os interesses da sua categoria profissional, do seu país, dentro de um sistema que é mundial.

Então, nós estamos nesse momento, que é um momento de um novo renascimento. Na verdade é um novo renascimento. Nós temos que nos lançar à aventura de mares desconhecidos, como foi feito no século 16. Nós estamos nos lançando à aventura de mares desconhecidos, só que, agora, nós temos mais do que a bússola, nós temos realmente uma capacidade provisoramente maior, um sistema de informações muito grande, on line, que, se nós tivermos capacidade de analisar todas as informações de que dispomos, se conseguirmos, realmente, fazer grandes modificações e dar um rumo muito mais decidido, definido, não só às empresas mas ao País.

Essé é o nosso desafio. E eu vejo com muita alegria que, como os velhos portugueses que se abalçaram pelo mar, é verdade que com a ajuda de navegantes italianos, mas nós aqui também, com a ajuda de outros navegantes, nós lançamos ao grande mar da competição, e da competição internacional.

O que está por trás desse boom que nós vivemos hoje no Brasil — e é preciso que se diga, nós estamos vivendo um momento de expansão; um momento glorioso, e que eu vejo com tristeza que as pessoas não registram que o Brasil é um grande país, que nós temos um futuro formidável, e já temos um presente onde fizemos muita coisa. E ficam choramingando o dia inteiro. Vamos reclamar, vamos acreditar também, ter firmeza, como disse o Jorge, ter firmeza nas nossas convicções.

E o que está por trás dessa possibilidade é o fato de que nós já somos competitivos. Eu digo sempre e repito, não sei nem os números, mas se nós fossemos certificados ISO-9000 são centenas. São quantos hoje, mais de 500? São quase 600. É só comparar isso com outros países do mesmo porte que o nosso. Isso foi feito porque houve um entendimento na

sociedade de que nós tínhamos de marchar para um outro tipo de atitude, que nós tínhamos que ter atenção à competitividade, à qualidade da produção, que nós tínhamos que reorganizar os métodos e que nós não tínhamos que ter medo, temer a competição. Isso é o que está por trás da possibilidade da modernização.

A tarefa que nos cabe agora é levar esse mesmo espírito ao conjunto do Brasil. Ontem eu fui dar uma aula na Bahia, lá numa cidade que eu acho que nem o Ângelo Calmon conhece: Santa Maria da Vitória. E por que eu fui fazer isso? Porque é para mostrar que se nós não remexemos lá embaixo, na educação de base, nos rincões do Brasil, se nós não fizermos com que também nesses setores haja esse contágio positivo com o espírito novo, não se muda o Brasil.

Hoje, o nosso desafio é o conjunto. O risco Brasil não é uma questão empresarial. É uma questão nacional: como é que nós vamos fazer com que esse país tenha segurança, e segurança que esse país tenha segurança, é capacidade de conhecimento, é formação, é capacidade de delinear porque sabe. Livre é quem tem informação e, por isso, pode optar. Quem não tem informação não é livre. A escravidão moderna é a ignorância. E nós temos que combater pela liberdade. Temos que dar instrumentos de informação a toda a nossa população.

Esse nosso desafio nós temos que enfrentar com muita consciência e sem temer a um

ou outro arreganho ou uma questãozinha que aparece como se fosse um grande problema, e que não é, se nós tivermos condições de realmente persistir e de enfrentar os desafios que ai estão.

Pois bem, eu acredito que nós estamos já nesse caminho, nesse caminho dessa transformação global do Brasil. Isso, nesse momento, requer transformações na Constituição, não para prejudicar quem quer que seja. Eu fico muito assustado quando vejo: “Eu quero defender minhas conquistas.” Meu Deus, eu quero defender as conquistas! Conquista é ter a possibilidade de continuar

avancando e que as gerações futuras também avancem. Conquista em que uma geração dilapida o que tem hoje, para que no futuro não se tenha nada, não é conquista, é retrocesso. Então, não existe nenhum temor quanto às conquistas. Ao contrário, é reforma para melhorar, não é reforma para piorar.

Quando eu vejo muitas vezes pessoas temerosas, porque: “Ah, o que vai acontecer com a minha aposentadoria?” Nada! Com a sua, com o que têm hoje os direitos assegurados, nada. São direitos adquiridos. Mas eu estou preocupado é com a aposentadoria daque-

les que estão ingressando agora e que, daqui a vinte anos, não terão nada, se nós não mudarmos, porque o sistema vai à falência.

Então, vamos mudar o espírito. Não me venham com choramingas de que estamos tirando isso de alguém. Não quero tirar nada de ninguém, eu quero dar. Eu não, nós, o Brasil precisa dar para as suas gerações futuras um caminho de segurança, um caminho de firmeza e de prosperidade. E isso nós vamos fazer. E isso nós vamos fazer!

Eu fico muitas vezes olhando análises: “Ah, o presidente não vai conseguir isso, não vai conseguir aquilo.” Vai, sim! É não é o presidente, não. O Brasil vai se impor e vai fazer as reformas necessárias, porque são necessárias!

E a política não é a arte do possível, é a arte do necessário. Quando é necessário, faz-se. É necessário mudar. Nós vamos mudar. Se alguns espíritos mais atrasados persistirem com a visão curta, pior para eles. O progresso não se compagna, não tem pena nem se compagna no metro daqueles cuja imaginação e cujos interesses são mesquinhos, por mais que venham revestidos de uma verbosidade generosa. Não, nós vamos mudar.

Vamos mudar já tendo aprendido que a mudança é um processo. Vamos mudar com o espírito que foi dito aqui, que é conversando, dialogando. Ninguém vai impor nada a ninguém. Nem o governo vai impor à sociedade, nem nenhum segmento da sociedade, sejam empresários ou sejam trabalhadores, vai impor nada a ninguém. Porque não consegue. Numa sociedade democrática, mesmo que quisese, não conseguiria. Nem o governo consegue impor, nem o empresário, nem os trabalhadores, nem a massa da cidadania. Nós temos que conversar, nós temos que ver os caminhos, nós temos que aprender a respeitar o interesse do outro, mas pensando sempre no interesse coletivo. O metro é o interesse coletivo. E o governo, o que tem que fazer é zelar pelo interesse coletivo, não é nem do empresário, nem do trabalhador, nem do aposentado, nem de quem está na ativa, nem de ninguém, nem do contribuinte, nem de quem não contribui, é de todos. Tarefa difícil, mas é essa a tarefa. Desde Rousseau se sabe disso. Não há novidade nenhuma nessa matéria.

Bem, nós vamos fazer as reformas. Nós vamos levar quatro anos, pelo menos, mudando. Eu não quero colocar tudo de uma vez, porque eu não tenho o direito de afogar a agenda do Congresso. Numa concepção democrática, o Congresso é parceiro fundamental das mudanças. E ele tem que ter possibilidade de opinar, e ele tem que ter, também,

espaço para as suas iniciativas e para as ações normais do governo. Não se faz tudo de uma vez, mas tendo rumo faz-se.

Nós vamos colocar algumas propostas agora, o início de um processo de mudança. Ainda sábado (hoje) eu vou me reunir com alguns dos ministros, para definir quais, e depois com os partidos políticos que me apoiam, para definir quais, de que maneira, por onde se começa. Temos que dizer qual é a estratégia política para que nós possamos fazer algo consistente e não simplesmente um depoimento para a história, porque isso não adianta. Um homem de ação não tem que estar preocupado só em registrar a sua posição pessoal, ele tem que estar interessado em efetivar as transformações. Então, tem que conduzir o processo de transformação. Nós vamos conduzir esse processo de transformação.

Certamente, as reformas mencionadas aqui serão todas as encaminhadas, inclusive as políticas, no momento oportuno, porque eu também acredito que são muito importantes as reformas políticas. Mesmo quando senador, já estava batalhando, arranjar um projeto, por exemplo, de voto distrital misto que é meu, já foi aprovado no Senado. E, assim como eu fiz com o projeto de concessões, que levou quatro anos, foi preciso esperar eu ser presidente da República para aprová-lo, mas eu vou fazer aprovar, porque vamos vencer o País disso. Não porque eu queira. E se eu for convencido, claro, eu perco, eu não perco, eu ganho porque eu adoto o ponto de vista de quem me convenceu. Tem que ser assim.

Mas nós vamos levar adiante esse conjunto de medidas. Vamos apresentar nas linhas aqui propostas as medidas de reforma tributária, difíceis. A negociação mais difícil é a negociação entre o governo central, os Estados e os municípios. Não é entre o empresário e o governo. A discussão é interna, é a repartição geral do bolo. Precisamos ter muita clareza sobre isso, muita capacidade de convencer os nossos aliados políticos e os governadores em geral e os técnicos que sustentam as posições nossas e dos demais. Não é fácil essa tarefa, mas nós temos que fazê-la, vamos fazer.

Vamos enfrentar a questão da Previdência. A reforma da Previdência não aumenta um átomo para o meu governo, não amplia a latitude de ação, porque essa reforma é de médio prazo. As dificuldades, nós vamos ter que conviver com elas, do governo atual. Nos próximos quatro anos, a modificação que se faça não altera praticamente nada o fluxo da Previdência, mas assegura o futuro. E um governante sério não pensa em si, pensa no futuro. E não pensa em termos dos interesses seus nem de seu partido, pensa nos interesses globais, e pensa também nas expectativas que se formam quando o mundo olha para o Brasil e vê que ele não tem um problema irresoluto, como esse da Previdência para o futuro. E é muito bom que se diga que aqui em todo o Cone Sul da América do Sul, nós estamos organizando dessa maneira, que vai ser uma das primeiras áreas do mundo em que questões tão delicadas quanto da Previdência poderão estar equacionadas, porque a Europa não equacionou até hoje, está lá atormentada com problemas desta natureza.

Nós vamos, com a energia necessária e com o espírito realista, que também se impõe, avançar na matéria previdenciária. Nós vamos alterar alguns aspectos da chamada ordem econômica, que são os mais fáceis, por paradoxal que possa parecer. Há poucos anos, ele era objeto de uma disputa ideológica feraz. Cada palavra que se colocava na Constituição — eu fui relator-adjunto — tinha um significado extraordinário.

Hoje, a realidade se impõe. Com a globalização da economia, a necessidade do fluxo de capitais, quem se abalançaria a defender alguns aspectos arcaicos da nossa Constituição? As pesquisas estão mostrando que a opinião pública, o povo já percebeu que os monopólios constituem entraves e não formas de avanço. Mas, meu Deus, quem conhece a história do capitalismo sabe que foi assim também no mundo, no mundo. Não é agora, não é aqui, não, no mercantilismo todo a visão era... Agora, aqui muitos têm visão mercantilista ainda. Da pena. Vai-se fazer o que, não? Vou ficar com a visão, embalados nela. Mas a realidade vai se impor e nós vamos ter que redefinir os espaços de compatibilidade.

Haverá sempre a ação de governo. Sem governo, as sociedades modernas, ou nenhuma sociedade complexa funciona. O Estado é fruto das sociedades complexas em geral, não só capitalistas, em geral. E as sociedades complexas não funcionam sem o Estado. E para que possa haver um processo de competição, é preciso que haja um Estado não expansivo, mas forte. Forte no seu apego à lei e na disponibilidade de instrumentos que permitam a esse Estado atuar. Não pode haver privatização sem uma autoridade pública capaz de se estruturar e de definir onde é que está o interesse público, para que a privatização não gere monopólios privados e para que haja possibilidade de diminuir os desníveis entre as regiões e entre os grupos sociais. Essa é a tarefa do Estado e continuará sendo.

Eu espero, na próxima semana, ao sancionar a lei de concessão de serviço público, deixar mais claro o meu pensamento, do governo, sobre essa matéria e também os passos que nós vamos dar no sentido da privatização.

À nosa moda, sem fazer alarde, sem fazer barulho, nós já mudamos todas as regras da privatização. Poucos registraram, mas nós mudamos as regras da privatização e chamamos para o governo a responsabilidade direta de levar adiante o processo de privatização, e recolocamos na lista de privatização as em-

presas que deveriam ser privatizadas, e que, para a sorte nossa, são hoje mais valorizadas do que eram antes e o patrimônio público terá, portanto, um ganho quando essa privatização vier a ser feita, nesses próximos meses. E não será problema de anos, será problema de meses, porque é uma lista grande, polpuda, e eu espero que haja uma forte participação dos capitais privados, para que nós efetivamente tenhamos condições de uma transformação profunda nesta matéria.

Vamos privatizar porque isso é condição necessária para que haja realmente a confiança no equilíbrio das contas do Estado e para que haja uma redefinição da própria estrutura do Estado, das funções, dos objetivos do Estado. E vamos privatizar salvaguardando sempre o patrimônio público, o interesse maior da população.

O que direi na próxima semana, sobre a lei de concessões de serviços públicos e, sobretudo, na parte do setor elétrico, onde já vamos

produzir também algumas outras modificações sempre nessa direção, eu creio que será visto com mais clareza qual é o entendimento do governo e como o governo, ao promover a privatização, resguarda também o interesse do Estado, ou melhor, do País, do povo. E redefina a função, mas vai ser mais forte na sua função reguladora e fiscalizadora, sem as quais (regulação e fiscalização) a privatização passa a ser algo que pode ser perigoso para o conjunto do País.

Mas não há perigo nenhum. Não há perigo nenhum porque nós temos todas as condições de levar com muita energia o processo de privatização e com muita clareza, muita transparência, de tal maneira que a população perceba que esse é o interesse do conjunto do povo brasileiro.

Eu não quero me alongar, mas eu quero fazer ainda algumas considerações sobre o desafio de competitividade, sobre o chamado risco Brasil, e dizer que a igualdade é parte integrante desse processo. Nós não podemos conviver com regiões que estão ainda hoje no Brasil em situação de muita penúria, quando nós já podemos alterar essa situação.

Ontem, depois da Bahia, eu fui a Minas, fui a Diamantina, que fica no Vale do Jequitinhonha. E o governador me mostrou um mapa de Minas, onde se verifica por este mapa que não só o Vale de Jequitinhonha, mas uma ampla região de Minas é uma região onde os índices de pobreza, de mortalidade — basta ver a mortalidade infantil, que é um bom indicador, que sintetiza o grau de pobreza, é bastante forte, é bastante impressionante. Nós temos que concentrar, nos todos, empresários, governos, sindicatos, povo, nossa atenção nessas áreas, porque elas fazem parte da modernização. Nós não podemos ter um país que um pedaço dele tem 500 certificados de competitividade internacional e tem áreas nesse país onde ainda as pessoas morrem de dor de barriga, onde as pessoas morrem de inanição. Isso é incompatível com uma visão efetiva do que é um país contemporâneo aos desafios do mundo. Nós não podemos aceitar isso.

E nós temos que dimensionar de forma adequada essas áreas. Também não se pode tratar de maneira demagógica, porque quando se aumenta muito a proporção do problema, dá a impressão de que não tem o que fazer. É tão grande o problema, que não se consegue enfrentá-lo. Não, não é tanto assim. Temos que limitar, definir quais são as áreas, qual é a extensão e o que fazer em cada uma dessas áreas. Mas é fácil ver que é área de concentração de pobreza.

Quando se toma o lado da educação, que é uma questão que me toca muito de perto, quando se verifica no lado educacional quais são essas condições, vê-se o seguinte: hoje no Brasil nós já temos escola em grosso modo suficiente para que toda a população em idade escolar tenha ensino básico. Não há falta de escola, há má organização, há exagero de construção em setores e falta outros, há, parafraseando o ministro (Adil) Jatene, que disse que os hospitais são definidos pelas empreiteiras, não foram só os hospitais, as escolas também. Então, existem também escolas enormes sem necessidade do tamanho delas, escolas caras sem que se possa mantê-las depois, porque a manutenção é mais cara do que a construção.

Temos que ter um espírito prático. Há escolas. É preciso, claro, aqui e ali, construir novas escolas, tem que ver a expansão do número demandante de educação, embora a curva demográfica do Brasil esteja sofrendo uma evolução muito rápida. Nós vamos ter que cuidar daqui a pouco mais da minha categoria, dos velhos, porque atendemos já às crianças e não aos velhos. Mas, de qualquer maneira, quando se verifica o que acontece dentro dessas escolas, um fenômeno terrível, é que isso é formal. Nós alistamos os alunos, matriculamos os alunos e eles não passam de ano. E não passam de ano, não passam de ano. Eles são expulsos da escola. A repetência. E a repetência está ligada à pobreza, ao mau salário do professor, à incompetência do professor, porque não foi motivado, porque não foi treinado, porque não houve um preparo adequado, à condição social da família do aluno, que não teve estímulo em casa, que às vezes não tinha nem alimentação, embora o governo distribua a merenda escolar, que é um dos programas maiores do mundo em termos de assistência direta à pobreza.

Então, quando se vai olhar: em que áreas ocorre isso? São as áreas de sempre. Eu não vi os dados sobre o Vale do Jequitinhonha, mas certamente ali vamos ter índices desse tipo, como vamos encontrar no interior do Nordeste índices desse tipo, e às vezes numa ou outra região perdida da Amazônia e na periferia das grandes cidades. Ou seja, dá para delinear quais são as áreas críticas e aí nós temos que atacar. As outras já têm condições de avançar quase que sem a ação direta do governo. Mas se o governo quiser fazer tudo, não faz nada. Ele tem que ver onde, efetivamente, ele vai atuar de forma mais energética, para dar esse sentido de um novo Brasil, de um Brasil mais digno de ser vivido, porque o seu povo merece escola, trabalho, assistência médica.

Agora, nós não podemos assumir a responsabilidade de tudo, é inviável. Veja a questão da saúde. O ministro Jatene me dizia outro dia: “Olha, é certo que há muitos problemas no sistema de saúde, mas nós atendemos 1,3 milhão de internações, por mês.” Um dado impressionante. Por mês que seja. Um dado impressionante. É uma massa de gente que é atendida por esse sistema. Bem, então, faz-se alguma coisa. Só que como se quer fazer tudo, é inviável. Não haverá nunca recursos suficientes para que o Estado atenda a todo mundo, no grau de exigência que é crescente na sociedade contemporânea, porque todo mundo tem televisão, ou se não tem, vê na esquina, e vê que o outro está bem tratado — “Por que que eu não vou estar?” Então, nós vivemos numa sociedade em que o povo demanda — e faz bem em demandar —, em que o governo fica asfixiado pela quantidade imensa de demanda.

Temos que limitar. Qual é a responsabili-

dade de cada um, em que área nós vamos atuar, que parte o governo pode fazer, que parte o setor privado pode fazer, que parte o setor cooperativo pode fazer, que parte a própria sociedade organizada pode fazer? Eu gosto de utilizar uma expressão que ouvi de um sociólogo espanhol, meu amigo, chamado Manoel Casteles, que fez um seminário aqui, antes de eu tomar posse, aqui em Brasília, que ele disse que essas ONGs ele chamou de organizações “neo-governamentais”, não são “não”, são “neo”. Pode haver uma ironia nisso, mas é verdade. Há forma novas de relacionamento entre o governo e a sociedade. E aí há uma zona cinzenta positiva, em que não se sabe se é governo ou se é a sociedade, são as “neo-governamentais”. Às vezes, ela vem com muita fúria contra o governo, depois pede um dinheirinho. E depois, passam a assumir certas responsabilidades de governo.

Isso é positivo. Mesmo que eu diga de forma bem-humorada, é positivo. São formas

NÃO
PODEMOS
ASSUMIR
TUDO

novas da sociedade definir espaços que não são nem do governo e nem da sociedade civil. Pois é, isso é importante que exista, não? E que se possa então utilizar essas formas novas na reconstrução desse Brasil.

Bom, me perderei eu ter feito uma digressão além daquilo que era específico do nosso encontro hoje, mas eu acho que

se nós não entendermos que as reformas, a modernização tem que ser para o bem do povo, tem que ser para assegurar mais os direitos, e não menos os direitos, mas no sentido próprio — não um direito às custas do outro, mas um direito que é assegurado, porque nós criamos condições para que cada um, ao exercê-lo, não prejudique o outro. Então, esse espírito é geral. Não é só na área econômica, como bem disse Jorge Gerda, é um espírito que tem que perpassar todo o conjunto da sociedade. Eu vou precisar de vocês, o Brasil vai precisar, na discussão, como vou falar, vou alçar terça-feira com os sindicalistas, vamos apresentar algumas idéias das reformas do mesmo jeito, também vamos precisar de todos. E, mais tarde, vamos precisar que nós todos nos encontremos nos fóruns apropriados para que nós então tenhamos realmente criado as condições de uma mudança estável. Haverá um risco enorme, para o Brasil, se nós não fizermos isso.

Termino dizendo o seguinte: nós temos um grande seguro internacional hoje. Esse seguro é a democracia. O Brasil hoje é um país onde a democracia é um valor difundido, compartilhado, é um país onde a transparência é enorme. Basta olhar em volta: só fotografias espocando, o dia inteiro. Isso é bom. Porque isso, o governante está sendo vigiado pelo olho da sociedade, o tempo todo. Não tem outro jeito. E não é só o governante, é todo mundo. Todo mundo está sendo vigiado, uns pelos outros, de forma não-policial, não-opressiva, mas transparente. Nós hoje somos

uma sociedade democrática, não são só as instituições democráticas, injustas, mas democráticas. Injustiça não pode conviver muito tempo com a democracia. Ou a democracia acaba com a injustiça ou a injustiça — nem vou pronunciar o resto, mas é verdade.

Então, uma sociedade que nós conseguimos que ela venha a ser democrática, como a nossa, essa sociedade é um grande seguro contra os riscos. Aqui não pode ocorrer o que em outros países ocorre. A ministra Dorothéa [Werneck] tem que explicar os dados dela todo dia, como eu também, não? Não podemos camuflar. Aqui não se pode fazer um grande erro. Os nossos economistas, que são brilhantes, por brilhantes que são, às vezes propõem coisas insensatas. Quando propõem, não vai adiante. Eu vejo jornal: ‘Os assessores propõem tal coisa.’ Eu falo: ‘Meu Deus, morreu já.’ Basta anunciar a proposta que ela morreu ao ser anunciada, porque a sociedade reage. E não são só os economistas, os sociólogos então, nem me fale. Propriamente logo a distribuição de tudo para todos, na hora. Mas teria o mesmo efeito: a sociedade é aberta, e, por ser aberta, nós, espero, não temos nem condições de cometer grandes erros. Melhor não cometer nenhum, melhor evitar que haja o feedback que pare uma ação equivocada.

Mas, se por acaso nós enveredarmos por um caminho errado, as forças da sociedade estão aí para segurar esse caminho errado. Isso é uma coisa que o investidor estrangeiro precisa saber: que o grande assert, que a grande, vamos dizer, base que nós temos hoje é o fato de que nós temos uma sociedade realmente democrática, e que nós não podemos manipular, nós não podemos enganar o mundo. Nós não quisemos. Nós não sabemos fazer propaganda de nós próprios. Ao contrário, os brasileiros vivem lá fora dizendo que vai tudo mal aqui. Agora, que começam a verificar que não é assim. Convém também não exagerar. Tem coisas... Mas não precisa só alardear o que não está bom. Mas é melhor alardear o que não está bom do que ficar alardeando bondades que não existem.

Então, eu acho que isto, esta vantagem comparativa do Brasil é muito importante. Não é econômica, mas o empresário moderno — eu termino pelo que comecei — não é o homem que funciona na esfera econômica, é o homem que transcende essa esfera para entender os valores que são do coletivo, portanto, que são políticos. E essa vantagem política é Brasil. Nós já demos esse passo. Essa sociedade, quase que às custas dela própria e com muito sacrifício, ela conseguiu ser uma sociedade democrática. Então, o mercado, depois ele se alinha mais facilmente numa sociedade democrática do que numa sociedade camuflada, numa sociedade distorcida por vontades autoritárias e estatais, mesmo quando elas às vezes tomam as aparências de não serem assim. //

Aqui, não. Aqui nós já podemos dizer com toda a tranquilidade que somos uma sociedade democrática, que nós acreditamos em nós mesmos, que nós faremos as reformas e que essas reformas são o bem do norte e do maioria. Portanto, não há nenhuma oposição entre a justiça social e as reformas que nós vamos fazer. Muito obrigado.”